Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial em 31 de dezembro 2018 e de 2017 e relatório do auditor independente

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Banco Volkswagen S.A.

#### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Volkswagen S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.

#### Base para opinião com ressalva

O Banco registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(g)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Ênfase

#### Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis, que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

#### **Outros assuntos**

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalva, devido ao ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, datado de 20 de março de 2019.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2-Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Carlos Augusto da Silva Contador CRC 1SP197007/O-2

# BALANÇO PATRIMONIAL – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

ATIVO	2040	2047
CIRCULANTE	2018 8.964.119	2017 8.253.145
Disponibilidades	6.848	12.572
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	588.218	346.564
Aplicações no mercado aberto	588.218	346.564
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	126.536	130.272
Carteira própria (Nota 4)	126.536	129.507
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	765
Operações de crédito (Nota 6)	7.506.471	6.972.739
Operações de crédito - setor privado	7.784.423	7.294.150
Provisão para operações de crédito - setor privado	(277.952)	(321.411)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(159)	(2.028)
Arrendamentos a receber - setor privado	97.969	93.235
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(96.493)	(92.898)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(1.635)	(2.365)
Outros créditos	705.991	742.938
Créditos tributários (Nota 18 (a))	200.854	209.872
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	38.902	223.208
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(385)	(1.942)
Diversos (Nota 7)	466.620	311.800
Outros valores e bens	30.214	50.088
Despesas antecipadas (Nota 8)	1.081	3.254
Outros valores e bens	29.133	46.834
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.531.036	6.640.989
Operações de crédito (Nota 6)	5.973.346	4.956.710
Operações de crédito - setor privado	6.324.499	5.421.325
Provisão para operações de crédito - setor privado	(351.153)	(464.615)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(1.330)	(2.163)
Arrendamentos a receber - setor privado	76.672	103.800
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(76.357)	(103.574)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(1.645)	(2.389)
Outros créditos	1.558.095	1.685.319
Créditos tributários (Nota 18 (a))	733.478	956.483
Diversos (Nota 7)	824.617	728.836
Outros valores e bens	925	1.123
Despesas antecipadas (Nota 8)	925	1.123
PERMANENTE	248.666	288.767
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	306	11_
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (g))	228.726	265.277
Bens arrendados	309.290	322.866
Depreciações acumuladas	(80.564)	(57.589)
Intangível	19.634	23.479
Ativos intangíveis - líquido de amortização	19.634	23.479
TOTAL DO ATIVO	16.743.821	15.182.901

### BALANÇO PATRIMONIAL – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2018	2017
CIRCULANTE	6.936.578	5.120.792
Depósitos (Nota 9)	3.681.106	1.599.605
Depósitos interfinanceiros	-	280.541
Depósitos a prazo	3.681.106	1.319.064
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 10)	657.737	116.356
Recursos de letras financeiras	657.737	116.356
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	<u> </u>	215.285
Empréstimos no país	-	215.285
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	1.327.580	1.833.681
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	<u> </u>	353
Outras obrigações	1.270.155	1.355.512
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.912	4.178
Sociais e estatutárias (Nota 17)	647.368	513.668
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	170.008	174.525
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	15.925	24.851
Provisão para contingências (Nota 14)	-	183.630
Dívidas subordinadas (Nota 15)	68.085	105.347
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	36.836	-
Diversas (Nota 16)	328.021	349.313
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.111.632	7.315.442
Depósitos (Nota 9)	1.769.581	2.039.907
Depósitos interfinanceiros	243.023	62.689
Depósitos a prazo	1.526.558	1.977.218
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 10)	720.173	616.586
Recursos de letras financeiras	720.173	616.586
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	1.717.050	1.928.508
Outras obrigações	2.904.828	2.730.441
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	159.824	147.442
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	12.962	16.214
Provisão para contingências (Nota 14)	918.059	799.872
Dívidas subordinadas (Nota 15)	616.600	625.962
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	1.169.334	1.099.305
Diversas (Nota 16)	28.049	41.646
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2 (q))	158.778	116.793
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	2.536.833	2.629.874
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.228.950	1.321.991
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.743.821	15.182.901

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	2º semestre		Exercícios
	2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.454.873	2.784.917	2.593.488
Operações de crédito	1.305.500	2.525.778	2.508.380
Operações de arrendamento mercantil	120.042	201.334	108.412
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22.103	41.033	87.984
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	113	(1.277)	(128.928)
Operações de venda de ativos financeiros	7.115	18.049	17.640
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(624.732)	(1.165.628)	(1.191.905)
Operações de captação no mercado	(291.783)	(541.159)	(544.358)
Operações de empréstimos e repasses	(145.619)	(260.504)	(234.994)
Operações de arrendamento mercantil	(96.218)	(150.118)	(71.868)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (f))	(91.112)	(213.847)	(340.685)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	830.141	1.619.289	1.401.583
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(331.448)	(583.531)	(604.578)
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 (e))	94.174	194.128	215.592
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 (f))	40.853	73.243	56.478
Despesas de pessoal	(1.330)	(2.443)	(2.083)
Outras despesas administrativas (Nota 20 (b))	(210.572)	(356.589)	(349.513)
Despesas tributárias	(48.518)	(94.784)	(99.136)
Outras receitas operacionais (Nota 20 (c))	150.476	314.606	206.476
Outras despesas operacionais (Nota 20 (d))	(356.531)	(711.692)	(632.392)
RESULTADO OPERACIONAL	498.693	1.035.758	797.005
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20 (g))	(13.962)	(25.065)	(29.211)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	484.731	1.010.693	767.794
Imposto de renda (Nota 18)	(78.125)	(210.128)	(152.633)
Contribuição social (Nota 18)	(150.023)	(246.238)	(101.493)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIOS	256.583	554.327	513.668
Lucro por ação do capital social no fim do semestre / exercícios - R\$	0,82	1,77	1,64

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

				Reserva de lucros		
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.307.883	18.515	124.616	1.178.860	-	2.629.874
Lucro líquido do exercício Destinações:	-	-	-	-	513.668	513.668
Reserva legal	-	-	25.683	-	(25.683)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,60/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	-	(187.247)	(187.247)
Dividendos propostos (R\$ 1,04/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	(326.421)	-	(326.421)
Reserva especial de lucros	-	-	-	300.738	(300.738)	-
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	2.629.874
Lucro líquido do exercício Destinações:	-	-	-	-	554.327	554.327
Reserva legal	-	-	27.717	-	(27.717)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,55/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	-	(173.133)	(173.133)
Dividendos propostos (R\$ 1,52/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	(474.235)	<u>-</u>	(474.235)
Reserva especial de lucros	-	-	-	353.477	(353.477)	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	178.016	1.032.419		2.536.833
Em 30 de junho de 2018	1.307.883	18.515	165.186	1.153.177	282.857	2.927.618
Lucro líquido do semestre Destinações:	-	-	-	-	256.583	256.583
Reserva legal	-	_	12.830	_	(12.830)	_
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,55/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	-	(173.133)	(173.133)
Dividendos propostos (R\$ 1,52/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	(474.235)	-	(474.235)
Reserva especial de lucros	-	-	-	353.477	(353.477)	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	178.016	1.032.419		2.536.833

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2ºsemestre		Exercícios
	2018	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios	256.583	554.327	513.668
Ajustes ao lucro líquido:	4.440	0.400	44.474
Amortizações e depreciações	4.143	8.499	11.474
Provisão para devedores duvidosos	91.112	213.847	340.685
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	86.996	171.206	167.106
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos	(,,,,)		
financeiros derivativos	(188)	1.562	118.599
Reversão para outros valores e bens	(1.083)	(4.568)	(8.685)
Recursos de consorciados - grupos encerrados	(2.020)	(4.158)	(3.100)
Provisão para contingências e obrigações legais	53.443	160.908	268.070
Tributos diferidos	161.300	243.049	25.114
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	650.286	1.344.672	1.432.931
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos			
financeiros derivativos	(4.195)	2.207	29.946
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento	(		_0.0.0
mercantil	(1.535.392)	(1.744.101)	1.533.267
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	78.802	152.521	(212.098)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(59.571)	(188.437)	(129.312)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(1.520.356)	(1.777.810)	1.221.803
Aumento (redução) em depósitos	713.728	1.811.175	1.403.636
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	129.887	644.968	(329.294)
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME	(173.068)	(717.559)	(1.663.026)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	-	(215.496)	(657.722) (1.434.827)
Aumento (redução) em outras obrigações	72.813	(266.248)	(337.266)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	61.372	41.985	(11.978)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	804.732	1.298.825	(3.030.477)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(65.338)	865.687	(375.743)
(-) CAINA LIQUIDO DAS ATTVIDADES OF ENACIONAIS	(03.330)	003.007	(373.743)
Aquisição de imobilizado de uso	(10)	(351)	-
Aquisição de ativo intangível	(2.449)	(4.597)	(4.880)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.459)	(4.948)	(4.880)
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e			
instrumentos de dívida elegíveis a capital	(54.621)	(110.965)	(106.531)
Dividendos pagos	-	(513.668)	(74.847)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(54.621)	(624.633)	(181.378)
(-) CAIAA EIROIDO DAS ATTVIDADES DE TINANCIAMENTO	(34.021)	(024.033)	(101.370)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE			
CAIXA	(122.418)	236.106	(562.001)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	722.864	364.340	926.342
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d))	600.446	600.446	364.341
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE			/=
CAIXA	(122.418)	236.106	(562.001)

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (o "Banco") e demais entidades do conglomerado prudencial (conjuntamente, o "Grupo") estão autorizados a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2019.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### (a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### (b) Consolidação

Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas a partir das demonstrações da instituição líder, o Banco, baseando-se em técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

#### Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, incluem as empresas abaixo, sobre as quais o Banco detém controle direto ou indireto.

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. - CNVW, empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,999996%, sendo assim controle direto.

Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido do 2° semestre	Lucro líquido do exercício
Banco	17.041.558	14.504.725	2.536.833	17.041.558	256.583	554.327
CNVW	768.178	230.623	537.555	768.178	34.633	70.020
FIDC	3.850	527	3.323	3.850	2.078	7.946
Eliminações	(1.069.765)	(528.887)	(540.878)	(1.069.765)	(36.711)	(77.966)
Consolidado	16.743.821	14.206.988	2.536.833	16.743.821	256.583	554.327

#### Em 31 de dezembro de 2017

LIII 31 de dezei	libio de 2011					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido do 2° semestre	Lucro líquido do exercício
Banco	15.435.884	12.806.010	2.629.874	15.435.884	282.325	513.668
CNVW	677.958	210.423	467.535	677.958	31.571	83.945
FIDC	101.770	1.359	100.411	101.770	13.960	37.175
Eliminações	(1.032.711)	(464.765)	(567.946)	(1.032.711)	(45.531)	(121.120)
Consolidado	15.182.901	12.553.027	2.629.874	15.182.901	282.325	513.668

### (c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Na administradora de consórcio, a taxa de administração devida pelos participantes do consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, e a despesa de comissão sobre a venda de quotas de consórcio é reconhecida no resultado quando do seu efetivo pagamento.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

#### (d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades - depósitos bancários	6.848	12.572
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)		
Aplicações no mercado aberto	588.218	346.564
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	5.380	5.205
	600.446	364.341

### (e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### (f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- I Títulos mantidos até o vencimento adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- II Títulos para negociação adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- III Títulos disponíveis para venda não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) do Grupo foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

### (g) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

### I - Operações de arrendamento mercantil

### (i) - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

#### (ii) - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R\$ 1.256 (2017 - R\$ 2.325). Os ganhos são registrados no resultado.

#### (iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A receita de superveniência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7.674 (2017– despesa de insuficiência de R\$ 3.158) e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 43.258 (2017 - R\$ 35.584) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

#### (h) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

### (i) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### (j) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação do imobilizado e amortização do intangível, que são calculadas pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

### (k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros do Grupo, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

### (I) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

### (m) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

### (n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- I Ativos contingentes os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;
- II Passivos contingentes os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;
- III Obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

### (o) Recursos de consorciados – grupos encerrados

Representam os valores transferidos para a administradora a título de recursos não procurados por consorciados, aplicados e remunerados em conformidade com os recursos de grupos de consórcio ativos, conforme disposto no artigo 26 da Lei nº 11.795/08.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### (p) Imposto de renda e contribuição social

No Grupo a provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. No Banco a provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

### (q) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

### (r) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

### 3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no	Aplicações no mercado aberto		
	2018	2017		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	164.848	136.499		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	423.370	210.065		
	588.218	346.564		

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 121.156 (2017 – R\$ 124.302), com liquidez imediata, e são classificados como disponíveis para venda. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, marcados a mercado. O valor de mercado e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

O Grupo também possui aplicações em certificados de depósito bancário no valor de R\$ 5.380 (2017 – R\$ 5.205), com rendimento indexado pelo DI e vencimento até 90 dias, classificadas como disponíveis para venda.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

#### 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por operações de *swap* de taxa de juros e de variação cambial, conforme abaixo:

2040

				2018
_				Exercício
<del>-</del>	Valor			Receita
Tipo	nocional	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap - Pré x DI	-	-	-	1.707
Swap - DI x Pré	-	-	-	(50)
Swap de variação cambial -				
hedge de risco de mercado	-	-	-	(2.934)
		-	-	(1.277)

				2017
_				Exercício
Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
<del></del>			(1 assivo)	
Swap - Pré x DI	71.781	347	-	7.699
Swap - DI x Pré	71.781	-	(353)	(7.980)
Swap de variação cambial -				
hedge de risco de mercado	200.000	418	-	(128.647)
		765	(353)	(128.928)
Circulante		765	(353)	

#### Hedge

A estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pelo Grupo em 31 de dezembro são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, o Grupo possuía contratos de *swap* que venceram no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 o valor nocional era de R\$ 200.000. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado de R\$ 2.934 (2017 – negativo em R\$ 128.647).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

### 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco, as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

### (a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Operações de crédito	14.108.922	12.715.475
Operações de arrendamento mercantil financeiro	145.682	156.542
Operações de arrendamento mercantil operacional	30.590	51.731
Outros créditos - títulos e créditos a receber	38.902	223.208
	14.324.096	13.146.956

### (b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

					2018
		Curso anormal			
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	968.811	968.811	173
Α	-	-	8.555.981	8.555.981	43.428
В	109.033	21.805	2.041.580	2.172.418	21.724
С	135.460	9.220	1.360.986	1.505.666	45.170
D	100.188	9.657	292.193	402.038	40.204
E	38.537	10.372	135.700	184.609	55.383
F	25.959	5.306	163.842	195.107	97.554
G	21.213	5.424	7.802	34.439	24.107
Н	127.323	64.930	112.774	305.027	305.027
- -	557.713	126.714	13.639.669	14.324.096	632.770

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

_					2017
		Curso anormal			
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA		-	483.763	483.763	69
Α	-	-	7.856.137	7.856.137	40.043
В	91.537	31.585	1.778.029	1.901.151	19.290
С	139.889	11.743	1.321.463	1.473.095	44.193
D	121.295	14.705	362.955	498.955	49.910
Е	82.903	13.649	220.799	317.351	95.296
F	56.661	15.186	28.484	100.331	50.752
G	39.963	14.324	22.393	76.680	53.676
Н	228.948	113.866	96.679	439.493	439.493
<del>-</del>	761.196	215.058	12.170.702	13.146.956	792.722

### (c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

			2018
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	166.756	4.657.817	4.824.573
De 181 a 360 dias	131.009	2.920.582	3.051.591
Acima de 361 dias	259.948	6.007.971	6.267.919
	557.713	13.586.370	14.144.083
vencidos			
De 01 a 14 dias	15.040	53.299	68.339
De 15 a 60 dias	37.731	-	37.731
De 61 a 180 dias	48.269	-	48.269
De 181 a 360 dias	25.674	-	25.674
	126.714	53.299	180.013
	684.427	13.639.669	14.324.096
			2017
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	235.691	4.520.673	4.756.364
De 181 a 360 dias	180.861	2.603.175	2.784.036
Acima de 361 dias	344.644	4.989.672	5.334.316
	761.196	12.113.520	12.874.716
vencidos			
De 01 a 14 dias	23.943	57.182	81.125
De 15 a 60 dias	56.473	-	56.473
De 61 a 180 dias	93.091	-	93.091
De 181 a 360 dias	41.551	<u> </u>	41.551
	215.058	57.182	272.240
	976.254	12.170.702	13.146.956

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### (d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2018	2017
5.889.177	5.167.637
4.292.020	4.344.098
3.482.069	3.031.132
566.411	543.159
36.868	28.519
44.700	23.249
12.851	9.162
14.324.096	13.146.956
	5.889.177 4.292.020 3.482.069 566.411 36.868 44.700 12.851

### (e) Carteira de arrendamento mercantil

		2018		2017
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	198	1.593	262	301
Bens arrendados	223.589	82.846	234.889	81.850
Depreciação acumulada de bens arrendados	(93.731)	(28.492)	(75.453)	(13.918)
Superveniência de depreciação	43.258	-	35.584	-
Perdas em arrendamento a amortizar	2.855	-	6.127	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.599)	-	(3.802)	-
Credores por antecipação de valor residual	(28.887)	<u> </u>	(41.065)	
	145.683	55.947	156.542	68.233

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2023 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 80.268 (2017 - R\$ 87.176), sendo que desse total R\$ 28.887 (2017 - R\$ 41.065) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

### (f) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

		Exercícios
	2018	2017
Saldo inicial	792.722	1.072.743
Constituição de provisão	213.847	340.685
Baixas por utilização	(373.799)	(620.706)
Saldo final	632.770	792.722

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 458.853 (2017 - R\$ 380.494). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 95.895 (2017 - R\$ 30.458) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 185.233 (2017 - R\$ 152.066).

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### 7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 14 (a))	719.341	635.481
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	312.427	193.151
Impostos e contribuições a compensar	259.469	212.004
Total	1.291.237	1.040.636
Circulante	466.620	311.800
Realizável a longo prazo	824.617	728.836

#### 8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, prêmio de seguro garantia apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice. Em 2017, referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R\$ 2.006 (2017 - R\$ 4.377).

#### 9. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,5% a 105,0% do DI (2017 - 96,5% a 106,0% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

	2018		2017
Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
-	1.559.963	280.541	409.912
-	2.121.143	-	909.152
243.023	1.507.496	62.689	1.511.633
<u> </u>	19.062	<u> </u>	465.585
243.023	5.207.664	343.230	3.296.282
	243.023 	Interfinanceiros         A prazo           -         1.559.963           -         2.121.143           243.023         1.507.496           -         19.062	Interfinanceiros         A prazo         Interfinanceiros           -         1.559.963         280.541           -         2.121.143         -           243.023         1.507.496         62.689           -         19.062         -

### 10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pelo Banco, custodiadas na B3, no montante de R\$ 1.377.910, sendo R\$ 657.737 no circulante e R\$ 720.173 no exigível a longo prazo, com vencimento até outubro de 2020, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 103,5% a 104,0% do DI, (2017 – R\$ 732.942 de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até julho de 2019).

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### 11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país que venceram no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 o valor das operações em dolar era de USD 63.857. O montante das obrigações por empréstimos atualizado era de R\$ 215.285 a taxas de juros prefixadas de até 2,5% ao ano.

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).

### 12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES – FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2018	2017
Até 90 dias	376.975	522.725
De 91 a 365 dias	950.605	1.310.956
De 1 a 3 anos	1.292.494	1.556.315
Acima de 3 anos	424.556	372.193
Total	3.044.630	3.762.189

### 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	161.283	161.877
Impostos e contribuições a pagar	38.933	41.500
Passivos tributários diferidos (Nota 18 (b))	129.616	118.590
Total	329.832	321.967
Circulante	170.008	174.525
Exigível a longo prazo	159.824	147.442

### 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

_	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqu	oqueios judiciais	
_	2018	2017	2018	2017	
Reclamações trabalhistas (Nota 14 (c))	69.866	78.529	9.673	7.867	
Reclamações cíveis (Nota 14 (c))	214.896	182.027	67.004	91.247	
Riscos fiscais (Nota 14 (c))	145.814	116.431	93.956	78.663	
Obrigações legais (Nota 14 (c))	487.483	606.515	548.708	457.704	
Total	918.059	983.502	719.341	635.481	
Circulante	<u>-</u>	183.630	<u> </u>		
Exigível / realizável a longo prazo	918.059	799.872	719.341	635.481	

**(b)** Em 31 de dezembro, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

		Provisão para contingências e obrigações legais	
		Exercícios	
	2018	2017	
Saldo inicial	983.502	809.265	
Constituição	286.488	246.195	
Reversão (i)	(142.458)	(37.571)	
Baixa (ii)	(226.351)	(93.833)	
Atualização monetária	16.878	59.446	
Saldo final	918.059	983.502	

<sup>(</sup>i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisão para contingências.

A Administração do Grupo avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financiário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados, pedidos de reconhecimento da responsabilidade solidária/subsidiária da Administradora, nos processos judiciais propostos por ex-empregados das empresas (representantes de cotas de consórcios), contratadas pela Administradora, e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. Desde o segundo semestre de 2017, as provisões passaram a considerar o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

<sup>(</sup>ii) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 14 (d)).

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, e a restituição dos valores pagos a título de prestações de consórcio, decorrente da desistência ou exclusão de participante de grupo, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no município de São Paulo, no total de R\$ 66.596 (2017 – R\$ 62.125) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.970 (2017 – nil).

Obrigações legais — referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 432.799 (2017 - R\$ 373.910); à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 26.804 (2017 — R\$ 25.967); à discussão acerca da Contribuição Social — CSLL não recolhida em razão da obtenção de decisão judicial definitiva, no montante de R\$ 14.546 (2017 — R\$ 14.265); e à discussão acerca da devida composição da base de cálculo de Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, nos montantes de R\$ 2.267 (2017 — R\$ 1.752) e R\$ 10.530 (2017 - R\$ 7.728), respectivamente.

### (d) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em setembro de 2017, o Banco aderiu ao PERT, previsto na Lei nº 13.496/17, perante à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, para liquidação de débitos relativos a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no montante total de R\$ 223.085. Em fevereiro de 2018 a Instituição finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo. A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R\$ 89.226 (Nota 20 (c)), registrado na demonstração do resultado no mesmo mês.

### (e) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

O Grupo tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2018	2017
Tributárias		
IOF (i)	620.349	600.323
IRPJ/CSLL (ii)	296.647	303.604
ISS (iii)	240.450	267.982
CPMF (iv)	-	55.102
Outros	75.410	63.319
	1.232.856	1.290.330
Cíveis		
Ações revisionais	27.752	26.509
	27.752	26.509

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

### em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

- (i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.
- (ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
- (iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.
- (iv) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil. No exercício de 2018, transitaram em julgado, com decisão favorável para a Instituição.

### 15. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

	Valor original da operação			Saldo
Prazo até o vencimento	2018	2017	2018	2017
Até 1 ano	48.382	52.972	104.921	105.347
De 1 a 3 anos	115.292	106.627	244.605	207.804
De 3 a 5 anos	217.149	130.924	445.400	248.533
Acima de 5 anos	600.448	743.720	1.095.929	1.268.930
	981.271	1.034.243	1.890.855	1.830.614

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,5% ao ano (2017 – 8,7% a 10,7% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 31 de dezembro de 2018, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.206.170 (2017 – R\$ 1.099.305). As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência do Grupo, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 902.778 (2017 – R\$ 945.709).

### 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2018	2017
Recursos de consorciados - grupos encerrados (Nota 2 (o))	113.388	95.263
Contratos de financiamentos a pagar	92.104	123.488
Contas a pagar	79.990	40.215
Recebimentos em trânsito a processar	46.515	44.951
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	72.169
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 20 (h))	79	74
Outros	23.644	14.799
Total	355.720	390.959
Circulante	328.021	349.313
Exigível a longo prazo	28.049	41.646

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2017 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 326.421;
- (ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2017 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 187.247, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício. Ambos valores foram pagos no exercício de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2018, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 474.235;
- (ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2018 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 173.133, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício. Ambos valores serão pagos no exercício de 2019.

### 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários do Grupo foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R\$ 934.332 (2017 - R\$ 1.166.355), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

#### (a) Créditos tributários - período de realização

					De 2023	
	2019	2020	2021	2022	a 2028	Total
Imposto de renda e contribuição social	200.854	296.645	280.558	8.355	147.920	934.332

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro totaliza R\$ 731.067 (2017 - R\$ 857.590) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### (b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários		Passivos tributá	rios diferidos
		Exercícios		Exercícios
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	1.166.355	1.153.836	118.590	80.957
Constituição	452.514	579.601	18.114	39.153
Realização	(684.537)	(567.082)	(7.088)	(1.520)
Saldo final	934.332	1.166.355	129.616	118.590

### (c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

		Exercícios
	2018	2017
Resultado antes da tributação	1.010.693	767.794
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(436.359)	(323.839)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Juros sobre capital próprio (Nota 17)	77.910	84.261
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(11.046)	(26.363)
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	(92.833)	5.491
Deduções de incentivos fiscais (Nota 20 (g))	6.243	4.406
Crédito tributário constituído	15	1.459
Outros	(296)	459
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(456.366)	(254.126)

### 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

_				Exercícios
		Ativo		Receita
_		(Passivo)		(Despesa)
_	2018	2017	2018	2017
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(20.899)	(22.168)	(1.348)	(2.272)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(44.438)	(13.134)	(1.141)	(2.213)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(16.371)	(19.843)	(1.393)	(723)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(22.545)	(13.421)	(1.852)	(1.599)

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

### em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

				Exercícios
		Ativo		Receita
_		(Passivo)		(Despesa)
_	2018	2017	2018	2017
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(36.722)	(69.686)	(2.142)	(7.950)
Sociais e estatutárias	(647.368)	(513.668)	-	-
Contas a pagar	(24.700)	(22.813)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(194.287)	(202.712)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(660)	(37.512)	(1.242)	(3.788)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(364.834)	(659.504)	(29.678)	(58.154)
Letras financeiras subordinadas	(1.890.855)	(1.830.614)	(171.206)	(167.105)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	78	-	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Contas a receber – valores a ressarcir	-	508	2.994	1.791
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	-	-	(725)	(1.102)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados ao Grupo no período corresponde a:

		Exercicios
	2018	2017
Benefícios de curto prazo	6.605	5.644
Benefícios pós-emprego	151	140
Outros benefícios de longo prazo	247	173
	7.003	5.957

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento a Resolução do CMN nº 4.557/17, o Grupo possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente.

- (i) Risco de Crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, o Grupo estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;
- (ii) Risco Operacional define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. O Grupo captura e registra as perdas operacionais em base histórica, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;
- (iii) Risco de Taxa de Juros define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxa de juros no capital e nos resultados do Grupo, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;
- (iv) Risco de Liquidez define-se como a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração:
- (v) Risco Socioambiental define-se risco sócio ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido;
- (vi) Gerenciamento de Capital o Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Grupo, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

### em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional /relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html

### (b) Outras despesas administrativas

		Exercícios
	2018	2017
Despesas com serviços especializados	264.382	274.203
Despesas com registro de contrato	45.471	32.889
Despesas de comunicação e manutenção	10.454	12.099
Despesas com publicidade	24.846	14.909
Despesas com depreciação e amortização	8.499	11.474
Outras despesas administrativas	2.937	3.939
_	356.589	349.513

### (c) Outras receitas operacionais

		Exercícios
_	2018	2017
Receitas com tributos (Nota 14 (d))	89.226	-
Reversão de provisões (i)	61.063	19.446
Recuperação de encargos e despesas (ii)	43.036	89.808
Variação monetária ativa	38.437	38.969
Taxa de permanência	20.396	15.885
Outras receitas operacionais	62.448	42.368
<u>_</u>	314.606	206.476

<sup>(</sup>i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisões para contingências.

### (d) Outras despesas operacionais

		Exercícios
	2018	2017
Despesas com descontos concedidos	237.858	142.987
Despesas com comissões	225.516	179.783
Despesas com provisões operacionais (i)	132.458	150.072
Despesas com busca e apreensão	32.297	33.831
Variação monetária passiva	18.786	64.669
Despesas de obrigações por cotas de fundos		
de investimento	1.989	22.943
Outras despesas operacionais	62.788	38.107
	711.692	632.392
Despesas com comissões  Despesas com provisões operacionais (i)  Despesas com busca e apreensão  Variação monetária passiva  Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimento	225.516 132.458 32.297 18.786 1.989 62.788	179.783 150.072 33.831 64.669 22.943 38.107

<sup>(</sup>ii) Refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

(i) Referem-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

### (e) Receita de prestação de serviços

Refere-se à taxa de administração devida pelos participantes do consórcio.

### (f) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

### (g) Resultado não operacional

Refere-se, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R\$ 18.822 (2017 – R\$ 24.805), e despesa com destinação de parte do imposto de renda – incentivos fiscais no montante de R\$ 6.243 (2017 – R\$ 4.406).

#### (h) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 7.658 (2017 - R\$ 7.422), cuja provisão é de R\$ 79 (2017 - R\$ 74), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

#### **DIRETORIA**

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO

**FABRIZIO RUGGIERO** 

DÉCIO CUNHA JÚNIOR

**CONTADOR** 

HAMILTON SOUZA DE ANDRADE Contador - CRC 1MG-046454/O-6 T-SP

\* \* \*